



Benedita da Silva (PT) defendeu o fim da discriminação racial

## Assembléia rejeita emenda anti-racista

A Assembléia Nacional Constituinte rejeitou ontem, pela abstenção de voto de 21 parlamentares emenda da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que propunha o fim das relações diplomáticas do Brasil com países que adotem "políticas oficiais" de discriminação racial. A proposta era nitidamente dirigida para o País cortar as relações com África do Sul.

"Heroina do dia", foi como o presidente da Assembléia Ulysses Guimarães, denominou Benedita da Silva, que mesmo depois de um discurso emocionado e vibrante viu sua emenda receber 265 votos a favor, 165 contra e, por não ter obtido a maioria absoluta — 280 votos — ser rejeitada como determina o regimento interno da Constituinte.

A parlamentar dividiu o Centrão que teve apenas 165 votos contra a sua idéia. Em nome dos centristas,

o deputado José Lourenço (PFL-BA) observou que ontem mesmo a Constituinte tinha aprovado um dispositivo em que o Brasil se decidira pela política de não-intervenção nas políticas internas dos demais países.

Benedita "provocou o único momento de emoção na sessão de ontem, quando defendeu o fim da discriminação racial, ressaltando que nessa hora a votação não podia ter conotações partidárias mas, sim, de caráter histórico e humanitário "como tem ensinado a humanidade". Mas sua argumentação não convenceu os 21 parlamentares que se abstiveram e os 165 que votaram contra, adeptos da defesa de José Lourenço que se baseou no princípio de não-intervenção, mesmo reconhecendo que a decisão da Assembléia Nacional Constituinte teria importância significativa na luta contra a discriminação racial.

## Thame acusa PMDB de estimular prorrogação

O deputado Mendes Thame (PFL-SP) informou ontem que está tendo grande dificuldade para colher assinaturas num abaixo-assinado de sua autoria contrário à prorrogação do mandato dos prefeitos, o que faz prever, segundo ele, que há um grande risco de as eleições municipais não se realizarem em novembro próximo, caso seja aprovado o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

Thame deduz que essa rejeição ao abaixo-assinado, ou seja, a uma postura desfavorável à prorrogação dos mandatos, esconde a pretensão do PMDB de fazer coincidir as eleições presidenciais com as municipais, para conseguir manter prefeituras que o partido

perderia numa eleição isolada.

### Desculpa

"Os peemedebistas vão usar a desculpa de que três anos seguidos de eleições acarretariam ônus muito pesado, para fazer em 1989 uma eleição "casada" de presidente e prefeito e com isso usar a máquina de milhares de municípios cujas prefeituras ainda estão com o PMDB. Se as eleições forem realizadas este ano, os peemedebistas perdem quase a metade dessas prefeituras, tanto pelo desgaste do partido, como pelo fato de que o PMDB, nos últimos anos, não se preocupa em formar novos quadros, baseando-se apenas na magia ou no carisma da legenda, que elegia até poste".

X  
JORNAL DE  
BRASÍLIA

29 JAN 1988